

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO			
DATA DA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO:		01/12/15	
EXERCÍCIO EM QUE A AÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR:		2015	
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		Nº: 78	ANO: 2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE :		Dois Irmãos -RS	

A - MOTIVAÇÃO E COMPENSAÇÃO			
Motivação do impacto (informar o código da legenda abaixo)		Gastos previstos no exercício que entrar em vigor e nos dois subsequentes	
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)			
Motivação do impacto - Legenda		FORTE	2015 2016 2017
1 - Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)		1.088	1.868.082,97 1.961.487,12 2.059.561,47
2 - Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)		Fonte específica	Legenda:
3 - Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)			1 = recurso livre; 31 = FUNDEB;
4 - Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)			20 = MDE; 40 = ASPS.
5 - Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)		Fonte específica	
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)		(descrição)	

B - MECANISMO DE COMPENSAÇÃO			
☒ Aumento permanente de Receitas ☐ Redução permanente de despesas ☐ Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C ☐ A despesa não se enquadra no conceito de despesa obrigatória de caráter continuada ou pessoal, sendo dispensados os mecanismos de compensação.	FORTE	2015	2016 2017
	1.088	1.868.082,97	1.961.487,12 2.059.561,47
Valor devidamente compensado, não impactando as metas fiscais.			

I - IMPACTO FINANCEIRO				
ESTIMATIVA DE SALDOS FINANCEIROS POR FONTE DE RECURSOS				
		2015	2016	2017
Fonte 0001 - Livres				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		0,00	0,00	0,00
Medidas compensatórias		0,00	0,00	0,00
Saldo final		0,00	0,00	0,00
Fonte 0020 - MDE				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		0,00	0,00	0,00
Medidas compensatórias		0,00	0,00	0,00
Saldo final		0,00	0,00	0,00
Fonte 0031 - FUNDEB				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		0,00	0,00	0,00
Medidas compensatórias		0,00	0,00	0,00
Saldo final		0,00	0,00	0,00
Fonte 0040 - ASPS				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		0,00	0,00	0,00
Medidas compensatórias		0,00	0,00	0,00
Saldo final		0,00	0,00	0,00
Fonte 0050 - RPPS				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		0,00	0,00	0,00
Medidas compensatórias		0,00	0,00	0,00
Saldo final		0,00	0,00	0,00
Fonte específica				
Saldo do exercício anterior				
Receitas (ingressos)				
Despesas - pagas e compromissadas				
Aumento de despesa ou renúncia de receita		1.868.082,97	1.961.487,12	2.059.561,47
Medidas compensatórias		1.868.082,97	1.961.487,12	2.059.561,47
Saldo final		0,00	0,00	0,00

PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCEIRO

O presente Impacto considera a criação de um cargo Emergencial de Assistente Social para o Cadúni e Bolsa Família para fazer visitas e acompanhamentos as famílias que recebem o benefício do Bolsa Família.

II - COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO**A - COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL**

☐ A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental:

Programa:	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA F.N.A.S.P.B.F.
Objetivo:	EXECUTAR RECURSOS DO CONVÊNIO ORIUNDO DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS) PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF).
Ação:	Manter o departamento em funcionamento.
	Lei Municipal 3626/2013

☐ A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual.

Projeto de Lei para inclusão no PPA

B - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

☒ A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades:

Programa:	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA F.N.A.S.P.B.F.
Objetivo:	EXECUTAR RECURSOS DO CONVÊNIO ORIUNDO DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS) PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF).
Ação:	Manter o departamento em funcionamento.
	Lei Municipal 4030/2014

☐ A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual.

Projeto de Lei para inclusão na LDO

C - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO

☒ A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor:

Elemento(s) de despesa:	3.1.9.0.04.00000000	3.1.9.0.04.00000000	3.1.9.0.04.00000000	3.1.9.0.04.00000000
Fonte de recurso:	1.088	1088	1088	1088
Saldo Atual:				

☐ A despesa decorrente da execução da ação não está prevista na LOA ou é insuficiente, sendo necessária a abertura de crédito adicional:

Projeto de Lei autorizativo do crédito adicional nº:

III - IMPACTO SOBRE AS METAS FISCAIS

Meta de resultado primário prevista no anexo de metas fiscais

Impacto da(s) ação (ões) sobre as despesas fiscais

1.868.082,97

Impacto do (s) mecanismo (s) de compensação

Aumento das receitas fiscais e/ou redução das despesas fiscais

1.868.082,97

Resultado primário com o impacto das ações

-

Resultado nominal previsto

Aumento da Dívida Consolidada Líquida e Passivos reconhecidos

Aumento das disponibilidades Financeiras (Líquidas)

Resultado nominal após a ação prevista

0

PARECER SOBRE AS METAS FISCAIS

As despesas não ultrapassaram o limite prudencial de 51,30% da Receita Corrente Líquida, conforme previsto no art. 22, Parágrafo único da Lei 101/2000.

IV - LIMITES**A) PESSOAL**

	2015	2016	2017
(1) Receita Corrente Líquida Prevista	65.495.097,47	68.769.852,34	72.208.344,96
(2) Comprometimento atual de gastos com pessoal			
Poder Executivo	29.804.258,37	31.443.492,58	33.172.884,67
(3) Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal			
Poder Executivo	45,51%	45,72%	45,94%
Poder Legislativo	0,00%	0,00%	0,00%
(4) Acréscimo nos gastos			
Poder Executivo	1.868.082,97	1.961.487,12	2.059.561,47
Poder Legislativo			
(5) Gastos Totais Projetados com o aumento proposto.(= 2 + 4)			
Poder Executivo	31.672.341,34	33.404.979,70	35.232.446,15
Poder Legislativo	0	0	0
(5) Percentual projetado em relação à Receita Corrente Líquida (= 5 / 1)*100			
Poder Executivo	48,36%	48,58%	48,79%
Poder Legislativo			

PARECER SOBRE O LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL**B) ENDIVIDAMENTO**

	2015	2016	2017
(1) Receita Corrente Líquida Prevista			
(2) Dívida Consolidada Líquida Prevista			
(3) Percentual atual em relação à Receita Corrente Líquida (= 2 / 1)*100	0%	0%	0%
(4) Aumento da Dívida Consolidada Líquida			
(5) Dívida Consolidada Líquida com o aumento proposto.(= 2 + 4)	0	0	0
(5) Percentual projetado da DCL, com o aumento proposto, em relação à Receita Corrente Líquida (= 5 / 1)*100	0,00%	0,00%	0,00%

PARECER SOBRE O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

Como demonstrado no impacto, e com base nas premissas metodológicas de cálculos anexos, verifica-se que a despesa aumentada, terá suficiência financeira para o custeio.

PARECER FINAL

O aumento do gasto para o exercício de 2015, e os subsequentes, encontram suporte financeiro, conforme o demonstrativo.

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Tânia Terezinha da Silva Ordenador de Despesas deste Município,
no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento às determinações da LC 101 / 2.000 (Lei de Responsabilidade
Fiscal), e à vista da referida estimativa de impacto, DECLARO existir recursos para a execução da (s) ação (ões),
cujo estudo encontra-se evidenciado no estudo anexo a este documento.

Declaro, que a execução da(s) ação(ões) acima referida (s) não contraria(m) nenhum dispositivo legal, notadamente da
Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal
e Resoluções do Senado Federal.

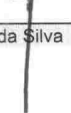
Município de:
Dois Irmãos - RS

Ordenador de Despesa:

Ass.: 

Tânia Terezinha da Silva

Prefeito Municipal 

Ass.: 

Tânia Terezinha da Silva